

➤ Implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade na Prefeitura Municipal de Fortaleza

Flávia Teixeira

Gerente da Célula de Contabilidade (CCONT)



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal
das Finanças



Evolução da Contabilidade Pública e Gestão Fiscal

1964

Lei n.º 4.320 – Lei de Direito Financeiro

1986

Criação da Secretaria do Tesouro Nacional

1997

Publicação das IPSAS pelo IFAC

2000

Publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

2008

Publicação da Portaria MF 184 e das NBCASP

2009

Publicação da 1.ª Edição do PCASP, do MCASP e da LC 131/09

2012

Publicação das IPSAS traduzidas para o Português

2014

Implantação obrigatória do PCASP para todos os entes

2015

Informações divulgadas em um novo padrão de contabilidade



Legislação Aplicada

- NBC T 16
- Portaria STN n.º634/2013
- Instrução Normativa TCM n.º01/2014
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Quais os objetivos da Convergência?

- Geração de informação útil para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos;
- Comparabilidade entre os entes da federação e entre diferentes países;
- Registro e acompanhamento de transações que afetam o patrimônio antes de serem contempladas no orçamento;
- Melhoria no processo de prestação de contas, tanto por parte dos tribunais e órgãos de controle, quanto pela sociedade;
- A implantação de sistema de custos no Setor Público, conforme previsto na LRF;
- Racionalização e melhor gestão dos recursos públicos.



Mudança de Foco

- Historicamente, a contabilidade governamental teve seu foco no orçamento público, realizando todos os registros necessários ao acompanhamento e gestão dos recursos públicos, devendo ser registrado todos os fenômenos que o afetam.
- Com a mudança de foco, a contabilidade não deixará de realizar os registros referentes ao orçamento público. No entanto, passará a fornecer informações de natureza tanto orçamentária, quanto econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do setor público.



Prazo para Implantação (Portarias STN n.º828/2011 e 634/2013)

**ORÇAMENTÁRIOS
(MCASP PARTE I)**

Integralmente a partir de 2012.

**PATRIMONIAIS
(MCASP PARTE II)**

Gradualmente a partir de 2012.

**ESPECÍFICOS
(MCASP PARTE III)**

Integralmente a partir de 2012.

**PCASP
(MCASP PARTE IV)**

Facultativo em 2013 e integralmente até o final do
exercício de 2014.

**DCASP
(MCASP PARTE V)**

Facultativo em 2013 e integralmente até o final do
exercício de 2014.



Penalidades

- Suspensão de Transferências Voluntárias (Convênios); e
- Impedimento para contratação de operações de crédito.



Decisões Tomadas

- Adquirir, customizar ou desenvolver um novo sistema?
- Contratação de Consultoria Especializada;
- Formação de equipe especializada e dedicada ao projeto na área de negócio e na TI;
- Período de Implantação do Sistema;
- Elaboração das Demonstrações Contábeis de 2014 no novo padrão.



Atividades Desenvolvidas

- Criação de grupo de trabalho para acompanhar a gestão patrimonial;
- Publicação do Decreto estabelecendo marco zero para implantar novo modelo de gestão patrimonial;
- Realização de inventário e avaliação inicial dos bens móveis;
- Elaboração do Plano de Contas do Município com base na IPC 00;
- Elaboração do Plano de Eventos do Município;
- Elaboração das tabelas associativas da receita e da despesa.



Desenvolvimento do Sistema

- Início em junho de 2013;
- Parceria entre equipe de negócio e de TI;
- Revisão de Regras de Negócio;
- Sistema Integrado:
 - Diretamente com Patrimônio, Almoxarifado e Compras;
 - Indiretamente com Folha de Pagamento, Tributário e Orçamento.
- Importação dos dados da execução orçamentária referente ao período de janeiro a setembro/2014 do sistema antigo para o novo.
- Implantação em outubro/2014.



Estrutura Implantada

- Help desk para atendimento dos usuários;
- Equipe de TI e da Contabilidade trabalhando em conjunto para atender as demandas de melhorias e correções necessárias;
- Treinamento conceitual sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade e prático sobre as novas funcionalidades do sistema com todos os órgãos da administração direta e indireta.



Resultados Alcançados

- Eventos contábeis do exercício de 2014 contabilizados em conformidade com o PCASP federação;
- Bens móveis inventariados, avaliados e depreciados em 2014;
- Receita do IPTU reconhecida por competência;
- Algumas despesas reconhecidas por competência;
- Demonstrações contábeis de 2014 elaborada conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (STN).



Desafios

- Gestão Patrimonial de bens Imóveis;
- Reconhecimento por competência do ISS;
- Desenvolver módulo de título para reconhecer por competência toda a despesa pública;
- Reconhecimento de Ativos de Infraestrutura;
- Reconhecimento de Ativos Intangíveis;
- Desenvolver sistema de custos;
- Fornecer informação gerencial para subsidiar os gestores no processo decisório.



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal
das Finanças

Obrigada!